



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DAS BROTAS**

**JUSTIFICATIVA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2021**

CONTRATADO: G C F CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA ME.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de recuperação de recolhimentos TFF (Taxa de Fiscalização e Funcionamento) e TLL (Taxa de Licença e Localização) e TLA (Taxa de Licença Ambiental) das torres de telefonia fixa e móvel, estabelecida no âmbito do município que estão cadastradas, envolvendo cadastramento in loco dos seus imóveis e/ou equipamentos.

FONTE DE RECURSOS:

UO: 21025 – Secretaria Municipal de Finanças

Ação: 2009 – Manutenção da Secretaria de Finanças

Elemento de despesa: 3390.39.00. 00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1001.0000

BASE LEGAL: Artigo 25, inciso II e § 1º, c/c artigo 13, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

A Secretaria Municipal de Finanças do Município de Santo Amaro das Brotas, vem por meio desta, apresentar Justificativa para a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação da empresa **G C F CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA ME**, para “contratação de empresa para prestação de serviços de recuperação de recolhimentos TFF (Taxa de Fiscalização e Funcionamento) e TLL (Taxa de Licença e Localização) e TLA (Taxa de Licença Ambiental) das torres de telefonia fixa e móvel, estabelecida no âmbito do município que estão cadastradas, envolvendo cadastramento in loco dos seus imóveis e/ou equipamentos”.

Considerando a carência quantitativa de profissionais do Direito nos quadros das administrações públicas municipais; considerando a crescente demanda de licitações, contratos administrativos e contratos/convênios de repasse de recursos externos no âmbito municipal; considerando a crescente demanda fiscalizadora dos órgãos de controle externo junto às administrações públicas municipais; considerando a necessidade de estabelecimento de rotinas de controle interno que mitiguem a prática de irregularidades passíveis de penalização pelos órgãos de controle externo; considerando a necessidade de adequado atendimento às diligências e determinações dos órgãos de controle externo para evitar prejuízos ao erário municipal; considerando que todas estas questões são dotadas de singular complexidade e que

demandam a atuação de profissionais com notória especialização, torna-se imperiosa a contratação de uma assessoria e consultoria jurídica especializada.

Por sua vez, o inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/1993 expõe que “é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial (...) para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação”, enquanto o inciso III do artigo 13 da Lei nº 8.666/1993 afirma que “consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a (...) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias”.

Assim, considerando que o objeto da presente contratação engloba serviços técnicos de natureza singular e que o escritório a ser contratado apresentou a documentação comprobatória da sua notória especialização, bem como tendo em vista que o preço proposto se demonstrou compatível com o de mercado quando comparado com outros contratos de semelhante natureza do mesmo escritório e com a Tabela de Honorários da Ordem dos Advogados do Brasil, a Comissão Permanente de Licitação, em atendimento ao previsto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993, com base no Parecer Jurídico em epígrafe, apresenta a presente Justificativa, para ratificação pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito e publicação na imprensa oficial, a fim de produzir os seus efeitos jurídicos.

Santo Amaro das Brotas /SE, 12 de maio de 2021.

REBERTON PASSOS SANTOS
Secretario Municipal de Finanças

RATIFICO a presente Justificativa.
Publique-se e providencie-se o Contrato.
Santo Amaro das Brotas/SE, ____/____/2021.

PAULO CESAR OLIVEIRA SOUZA
Prefeito Municipal